

O LEGADO DE WILLIAM JAMES

Clayton Foschiani

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

clayton@foschiani.net

William James. Ruth A. Putnam (org.); trad. de André Oides, Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2010.¹

William James faleceu há exatos cem anos. Sua última publicação, *A Pluralistic Universe* [Um Universo Pluralista], é uma elaborada oposição as metafísicas monistas de Royce e Bradley. Na mesma época, James escreveu *The Meaning of Truth* [O Significado da Verdade] para responder às críticas que o livro *Pragmatismo* havia suscitado. Escreveu ainda diversos ensaios, muitos deles com intuito de desenvolver sua metafísica do Empirismo Radical. Foi uma época prolífera para esse grande filósofo.

Não foi, ao contrário, um período de reconhecimento *filosófico*. O livro *Pragmatismo* não foi bem recebido, e ele foi acusado de distorcer a teoria peirceana. As críticas à sua teoria da verdade foram impiedosas e sua incursão por temas místicos nunca foi bem recebida no meio filosófico. Mesmo Peirce, que James reconhece e reverencia como pai do pragmatismo, não o tinha com bons olhos.

A publicação, pela Letras & Palavras, dessa tradução da mundialmente famosa série *Cambridge Companion* é um presente aos leitores de língua portuguesa, celebrando o centenário da morte de James. Alguns dos maiores especialistas na sua filosofia tratam de temas controversos, difíceis e recentes, numa tradução irrepreensível.

O livro é composto por dezoito ensaios, antecidos por uma pequena introdução da editora. Eles se agrupam em torno de quatro temas. O primeiro grupo de ensaios se refere à Psicologia: o capítulo 1, de G. Myers, examina detalhadamente o método introspectivo adotado por James na sua Psicologia, e o capítulo 2, de O. Flanagan, faz uma leitura naturalista da teoria da consciência de James e afirma que ela nasce da procura por uma alternativa ao dualismo de substâncias.

O segundo grupo tem a Religião como foco: no capítulo 5, Rorty defende a ideia de que a crença religiosa, na era da ciência, deve ser um empreendimento particular, numa leitura radical de *A Vontade de Crer*; o capítulo 10, de J. Connant, relaciona o pragmatismo de James à tese polêmica de que temos o direito de crer em algo mesmo na ausência de evidências que a corroborem; R. Nieburh, no capítulo 11, retorna ao *The Variety of Religious Experience* [A Variedade da Experiência Religiosa] para mostrar que a obra era parte de uma reflexão mais profunda de James sobre a filosofia da religião; O capítulo 12, de D. Lambert, defende a ideia

¹ Putnam, R. A., Ed. *The Cambridge Companion to William James*. Cambridge, Cambridge University Press: 1997.

de que a visão filosófica de James na maturidade se inicia com o *Varietades* e culmina no *Um Universo Pluralista*, e que o fio condutor da *Weltanschauung* de James é o “critério de intimidade”.

O terceiro grupo atrai todos os ensaios que tratam de aspectos técnicos da filosofia de James: o capítulo 3, por R. Gale, rejeita a naturalização realizada por Dewey na ontologia de James, e levanta a possibilidade de um monismo no Empirismo Radical; o capítulo 4, de Hollinger, sustenta a tese de que é somente no *Pragmatismo* que James encontra uma saída para o problema da religião em sua filosofia; no capítulo 6, B. Wilshire sustenta que o Empirismo Radical é a resposta de James para o problema da intencionalidade, dando linhas gerais à explicação de como os estados mentais podem se referir a seus objetos; no capítulo 7, T. Springge analisa a recepção de James no círculo filosófico britânico, através de comparativos com Moore, Russell, Royce e Bradley; o capítulo 13, de G. Bird, faz uma incursão pela ética de James; e, finalmente, o capítulo 18, onde T. Carlson alinha James a tradição kantiana, argumentando contra a tese de Rorty de que os pragmatistas simplesmente rompem com o ideal filosófico kantiano. Os capítulos 8 e 9 também fazem parte desse grupo, mas falarei sobre eles só mais adiante.

O quarto grupo engloba aqueles ensaios que não se enquadram nos grupos anteriores (o que de maneira alguma reduz sua importância): o capítulo 14, de R. A. Putnam, fala sobre a posição de James em relação à tarefa do filósofo e à vida pública; no capítulo 15, J. Feldman sustenta que através de paralelos com o cenário da época e informações da vida privada de James é possível concluir que o Pragmatismo é símbolo de uma cultura em decadência; o capítulo 16, de R. Possnock, detalha a influência de James na cultura americana através de seus alunos mais famosos, W. E. B. DuBois e A. Locke; e o capítulo 17, de H. Cormier, defende James das críticas elaboradas por socialistas como Gramsci e C. West.

O esboço geral fornecido acima é apenas uma breve indicação de como se orientar num livro de conteúdo tão diverso e complexo. A divisão, também, é apenas uma sugestão. Outras leituras podem levar a diferentes agrupamentos. Optei por resumir e agrupar a maioria dos ensaios a fim de poupar espaço para expor detalhadamente apenas dois deles. Isso me pareceu mais conveniente em função da complexa argumentação de cada ensaio. De qualquer forma, a melhor sugestão ainda é a mais simples: ler os ensaios.

Os dois artigos que mencionei anteriormente foram selecionados porque abordam temas que são centrais para a compreensão do pensamento de James: a teoria da verdade e o Pragmatismo. Começarei pelo artigo de Hookway sobre o Pragmatismo.

James foi o primeiro entre os pragmatistas clássicos a usar o termo Pragmatismo em seus escritos. Peirce só usou o termo em seus textos depois que James o havia feito. Peirce havia, sim, formulado a ideia durante as reuniões do “Clube Metafísico”, que ambos frequentaram muitos anos antes. A definição era parte do evangelho lógico de Peirce, como um método de esclarecer conceitos. O artigo de Hookway busca reconstruir essa discussão através dos olhos de Peirce.

Inicialmente, Peirce foi ambivalente em relação ao Pragmatismo de James. Num dado momento ele diz que James levou a doutrina longe demais (CP 5.2), em outro afirma que mesmo tecnicamente fraco o pragmatismo de James e seu método lógico eram, na prática, parecidos (CP 5.466). Ademais, lembra Hookway, Peirce ainda diz em duas outras ocasiões (CP 7.617 e CP 5.414) que há uma ligação entre o seu pragmatismo, que ele depois chamou de pragmaticismo, e o Empirismo Radical de James. Essa ligação, para Peirce, era de simpatia, de proximidade. Já James, no prefácio ao Pragmatismo, diz não haver nenhuma

relação lógica entre a sua doutrina do Pragmatismo e o Empirismo Radical. O que pensar então?

Vejam, primeiro, as definições de ambos. Primeiro Peirce: o pragmatismo é um método de esclarecer ideias ou conceitos. Peirce o apresentou, sem nomeá-lo, no artigo de 1878 “Como tornar nossas ideias claras”. O método, em Peirce, é reflexo de uma visão experimentalista da verdade e da investigação científica, e demonstra como as proposições metafísicas a priori são desprovidas de significado cognitivo intelectual. Quando James se refere à definição de Peirce, ele ecoa as ideias de *conduta esperada*, de efeitos, e diz que “nossa concepção desses efeitos, sejam eles imediatos ou remotos, é então para nós o todo de nossa concepção do objeto, até onde a concepção tem de todo uma significação positiva” (*Pragmatismo*, p.29). Até aí, nenhuma grande divergência salta aos olhos. As diferenças significativas aparecem quando Hookway contrasta em detalhes as posições de James e Peirce.

James é declaradamente um anti-intelectualista, nominalista na ênfase dos particulares, utilitarista na ênfase dos fatores práticos. O pragmatismo de James é expressão de uma atitude filosófica que evita princípios primeiros, categorias e necessidades. Peirce, por sua vez, repudia o nominalismo como fonte de contínuos erros filosóficos, abraça um sistema de categorias como indispensável, procura fundamentar a ciência num sistema de arquitetura filosófica e, principalmente, constrói uma filosofia realista e categorial. Enquanto James procurava superar exatamente esse modelo peirceano, Peirce acusava James de incapacidade matemática e ódio pela lógica (CP 6.182). Seriam esses os motivos particulares que levaram James a modificar a doutrina para uma forma filosófica mais geral? Nesse ponto, Peirce foi o único a não seguir os demais pragmatistas: a doutrina permaneceu parte da lógica. Não é surpresa, dado o panorama acima, que a impressão inicial seja a de que James e Peirce estão de lados opostos.

A diferença entre os pragmatismos de ambos é esclarecida pela distinção entre princípio lógico e doutrina filosófica. Pragmatistas concordam que o princípio deve ser usado como um método para esclarecer conceitos, ideias, palavras, hipóteses, etc. E os métodos, como lembra Hookway, são meios para fins determinados. Eles são avaliados pela capacidade de concretizar objetivos. Assim, é possível concluir que se Peirce e James têm objetivos diferentes, o mesmo método pode destacar características diferentes dos significados. Peirce já havia notado que, apesar dos diferentes objetivos filosóficos, ambos possuíam “a crença compartilhada de que o significado de um conceito se fundamenta nas suas consequências” (p.196). A diferença crucial é que

... enquanto James simplesmente procura pelas experiências que resultariam se a proposição fosse verdadeira ou pela conduta que alguém deveria adotar naquelas circunstâncias, Peirce procura por padrões na experiência e inter-relações nômicas entre a ação e a experiência: nosso entendimento de uma proposição se manifesta em alguns hábitos (possivelmente bastante complexos e quase certamente condicionais) de expectativa. (p.196).

Para Peirce, ao contrário de James, o método esclarece um conceito, ou proposição, através da identificação dos hábitos de expectativa associados a ele. Esses hábitos são, respectivamente, consequências gerais, ao passo que para James essas consequências são particulares, de ações e perceptos específicos, sem relação com leis ou padrões estabelecidos.

James não pode insistir, como Peirce, que a referência a consequências no esclarecimento de um significado envolva padrões gerais. Para Hookway, isso se dá porque eles não compartilham a mesma forma de consequencialismo. James apresenta uma forma de consequencialismo simplista, onde a ação é analisada com base nas suas consequências atuais,

e afirmações verdadeiras são aquelas que não são falsificadas pela experiência. Peirce sustenta uma forma complexa de consequencialismo, que apela às consequências futuras e insiste que a avaliação de proposições e ações deve se dar através da investigação de possibilidades contrafactuais. James certamente discordaria de Peirce quando ele afirma que o conteúdo do valor de verdade de uma proposição é função de consequências possíveis e atuais, pois o nominalismo de James aceita apenas consequências atuais.

Além disso, o pragmatismo de Peirce tem um papel específico dentro de sua arquitetura que nem sempre se refere à Filosofia. Para James, o pragmatismo serve o intuito puramente filosófico de identificar “o valor de propostas filosóficas e eliminar debates meramente verbais” (p.204). Dessa forma, diz Hookway, seria válido supor que James e Peirce empregam suas versões particulares do pragmatismo com diferentes propósitos. Ou seja,

Se tudo isso estiver correto, podemos avaliar a força da afirmação de Peirce de que as diferenças fundamentais entre os “pragmatismos” de Peirce e James refletem diferenças em outras partes do pensamento de ambos. É errado interpretar James como adotando uma leitura ou compreensão errônea da máxima pragmática de Peirce. Em vez disso, ele aproveitou o *insight* fundamental dessa máxima acerca do significado, das consequências e do futuro e empregou-o a serviço de um diferente conjunto de objetivos filosóficos e de uma concepção contrastante da ciência e de seus objetivos.

Vejamos agora o texto de Putnam.

Dentre as muitas virtudes intelectuais de Hilary Putnam, a maior talvez seja a de tentar *incitar os debates* sobre as ideias de James ao invés de tentar *encerrá-los*. Outra virtude é a destreza com que percebe os descuidos sutis de alguns leitores de James. Muitos deles não notaram que a visão sobre a verdade se desenvolve de maneiras complicadas a partir de seu sistema metafísico.

De acordo com Putnam, existem quatro tendências agindo sobre a teoria da verdade de James. Duas delas estão ligadas a Peirce: uma de influência positiva, regularmente ignorada pelos críticos, sobre o futuro da investigação; e outra, oposta a Peirce, que se baseia na ideia de que a verdade é parcialmente moldada pelos nossos interesses. Duas outras tendências refletem a metafísica do Empirismo Radical: a terceira, realista, resumida na afirmação de que a verdade envolve “concordância com a realidade”; e uma quarta, empirista, baseada na ideia de que a “verdade acontece a uma ideia.”

A primeira tendência vem da afirmação de Peirce de que a Verdade é a opinião destinada a ser aceita por todos aqueles que investigam a longo prazo. Antes mesmo de escrever o *Pragmatismo*, James já exibia traços dessa tendência. Ele havia escrito um texto sobre Spencer onde tenta concatenar suas inclinações – de que os humanos ajudam a criar a verdade – com a ideia peirceana de que os julgamentos verdadeiros são aqueles que estamos fadados a acreditar com base no “resultado total da experiência”. Essa ideia tão reconhecidamente jamesiana de que nós ajudamos a moldar a verdade, lembra Putnam, significa apenas que o “critério para que algo seja real é precisamente que somos fadados, a longo prazo, a acreditar que ele é” (p.213).

A segunda tendência, oposta a Peirce, é sobre o papel do homem na definição da verdade. Quando Peirce critica James por aceitar considerações que ele considera pouco pragmáticas na sua formulação do Pragmatismo, ele se referia ao peso dado por James aos interesses pessoais. Para Peirce, a comunidade científica deve partilhar um “objetivo último”, ao passo que para James a comunidade científica pode ser influenciada por sentimentos pessoais e outros fins práticos.

Embora essa diferença seja importante no panorama geral, para Putnam a influência positiva de Peirce ainda é a tendência predominante e aquela que mais trouxe bons frutos a James, mas foi exatamente aquela que os críticos não notaram. É essa tendência que leva James a afirmar que a complexidade da verdade independe do objetivo final do conhecimento. A afirmar, como Peirce, que a verdade é propriedade das crenças e juízos, e que se eles não existissem não haveria verdade; a afirmar que nosso interesse por crenças verdadeiras é que determina o futuro da verdade e que nossos interesses particulares desempenham um papel importante na formação de áreas de pesquisa científica, como também nos conceitos utilizados por cada uma delas. O resultado, contudo, é que essas ideias foram suficientes para levar James a conclusões radicais demais para Peirce, um realista escolástico que acredita em terceiros reais. Enfim, a influência de Peirce em James é suficiente para que ele aceite que a noção de verdade deva ser definida em termos de um consenso último. E esse ponto não poderia ter sido negligenciado pelos críticos de James.

A terceira tendência citada por Putnam é a realista. Ela se define pela afirmação de que a verdade é “concordância com a realidade.” Muitas das críticas dirigidas a James se apoiam naquilo que foi dito no *Pragmatismo*. E o livro, como ele diz posteriormente no prefácio para *The Meaning of Truth* [O Significado da Verdade], tinha como parte fundamental a “definição da relação chamada verdade que pode acontecer entre uma ideia (opinião, crença, enunciado, etc.) e seu objeto.” Note que os críticos, como Russell, dizem que James propôs no *Pragmatismo* uma teoria onde a verdade é aquilo que é conveniente acreditar. Não é a toa que James se sentiu obrigado a responder aos críticos do *Pragmatismo*, que parecem não ter notado a tendência realista na sua definição.

O próprio James já havia percebido que muitos desentendimentos se originavam dessa desatenção com a tendência realista. Ele até formulou um nome para um deles, “Quarto Equívoco sobre o Pragmatismo: Pragmatistas não podem ter uma epistemologia realista” (p. 222). Os críticos haviam ignorado a afirmação de que a verificação se dá através da familiaridade direta com uma realidade exterior. E no próprio *Pragmatismo* James já havia dito que a percepção nos coloca em contato direto com a realidade.

Putnam ainda faz duas importantes considerações sobre a definição de concordância. Primeiro, parece haver uma inconsistência na filosofia de James quando ele diz que nem todos os conceitos se referem a realidades sensíveis, que sua ontologia aceita a possibilidade de “experiências não-perceptuais” – como aquelas relacionadas a noções matemáticas, religiosas e éticas – e que elas não podem ser verificadas por experiência direta nem por experimentos científicos. Na verdade, para Putnam, essa impressão se justifica, mas não é verdadeira, pois não há uma unidade teórica nas formulações das diferentes “concordâncias com a realidade”. A segunda consideração é que James vê o processo de verificação como uma situação muito complexa, onde o sucesso da previsão é apenas um dos fatores determinantes; outros fatores, como a conservação de doutrinas passadas, a simplicidade e a coerência, também influem sobre a verificação.

A quarta e última tendência detectada por Putnam é a empirista, expressa pela proposição “A verdade acontece a uma ideia”. James reconhece que há uma proximidade entre Verdade e verificação, mas nega que elas sejam idênticas. Há dois motivos para não confundir esses conceitos: (a) o processo de verificação torna as crenças verdadeiras retroativamente, ou seja, novas experiências transformam antigas crenças em teorias absolutamente falsas, mas que podem ser ditas relativamente verdadeiras em função do seu limite de experiência; (b) as verificações particulares chegam a um fim, mas o processo de auto-verificação não, é a experiência futura que decidirá se uma verdade é absoluta.

A importância da tendência empirista é que ela valida a tendência realista. Ao passo que a realista aparece na ênfase dada à concordância, a empirista enfatiza a importância do *processo* de verificação. Putnam diz: “(...) as crenças não ‘concordam com a realidade’ (de modo não observável) independentemente de se elas são verificadas, mas, em vez disso, *vêm a concordar com a realidade* à medida que as relações conjuntivas em questão passam a existir” (p.227). James está comprometido com a ideia de que a “concordância” implica na existência de relações conjuntivas observáveis, por isso o *processo de verificação* é importante. Daí a afirmação de que a verdade “acontece a uma ideia.”

Essas quatro tendências atuam como pré-requisito para a leitura de qualquer texto que fale sobre a Verdade. Sem elas, diz Putnam, não é possível compreender a definição de verdade proposta por James, nem seu Pragmatismo e Empirismo Radical.

Putnam vem argumentado a favor e em defesa das ideias de James em muitos de seus livros e artigos. Confesso que inicialmente esse fato me pareceu curioso, considerando-se que Putnam tem, diríamos, uma *tendência* analítica. Mas, não há nada de curioso aqui, filósofos analíticos contemporâneos e pragmatistas clássicos compartilham muitos problemas. A *virada pragmatista* no pensamento de Putnam é prova disso.